



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º16/2011**

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral (*Campus* de Palmas) da Universidade Federal do Tocantins.

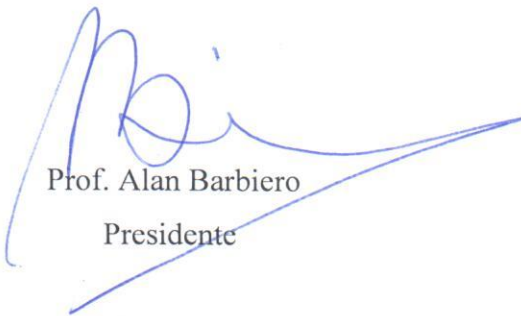
O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão extraordinária no dia 19 de outubro de 2011, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral (*Campus* de Palmas) da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 19 de outubro de 2011.


Prof. Alan Barbiero
Presidente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Anexo à Resolução n.º16/2011 do Consepe.

PROJETO

**Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em
DIREITO ELEITORAL E PROCESSUAL ELEITORAL**

PALMAS - TO

SUMÁRIO

1. Identificação do Curso	5
1.1. Curso	
1.2. Grande Área de Conhecimento	
1.3. Área do Conhecimento	
1.4. Unidade Responsável	
1.5. Coordenador do Curso	
1.6. Titulação do Coordenador	
2. Caracterização do Curso	5
2.1. Período de Realização	
2.2. Tipo de Ensino	
2.3. Carga Horária	
2.4. Nível	
2.5. Modalidade do Curso	
2.6. Número de Vagas	
2.7. Clientela	
3. Objetivos	6
3.1. Objetivos	
4. Convênios realizados	7
5. Necessidade do curso	7
6. Estrutura e Funcionamento do Curso	7
6.1. Corpo Docente/Titulação/Disciplinas/Créditos/Carga Horária	
6.2. Processo Seletivo	
6.3. Critérios de Avaliação	
6.4. Cronograma de Funcionamento	
6.5. Ementas, Metodologia e Bibliografia das Disciplinas	
6.6. Metodologia de Ensino	
6.7. Dados Relativos ao Corpo Docente e a Coordenador do Curso	
6.8. Recursos Físicos e Materiais a Serem Utilizados	
6.9. Estrutura Virtual	
6.10.TCC-Monografia	
6.11.Emissão de Certificados	

6.12 Indicador de Excelência do curso

7. Previsão Orçamentária

26

7.1. Identificação Projeto

7.2. Previsão de Receita

7.3. Previsão de Despesa

8. Detalhamento de Despesas

28

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Nome do Curso: Especialização em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral

1.2 Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

1.3 Área do Conhecimento: DIREITO

1.4 Unidade Responsável: Campus de Palmas

1.5 Coordenador: Luciano Carlos Ferreira

Telefones:(63) 9981 9898; (63) 3232 8024

e-mail: direleitoral@uft.edu.br /lucianocarlosferreira@gmail.com

1.6 Titulação do Coordenador

Graduado em Direito pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas-GO (1985) e mestre em Direito pela Universidade de Franca-SP (2002), especialização em Direito Processual do Trabalho pela Universidade Católica de Goiás (1995), especialização em Direito Tributário pela Universidade Católica de Goiás (2000), Curso de Aperfeiçoamento pela Escola Superior da Magistratura de Goiás, ESMEG, Brasil, (2004).

Desempenhou funções como profissional liberal (advogado – desde 1985), docente em cursos de graduação e pós-graduação em direito no Estado de Goiás desde 1988 (Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Unievangélica-Anápolis, Faculdade Cambury, Fundação Educacional de Anicuns, Faculdades Alves Faria-Alfa, Faculdade Araguaia).

Foi sócio-diretor da sociedade de advogados: Ferreira e Frias Advogados (1999-2003), servidor público do Estado de Goiás junto ao Tribunal de Contas do Estado, lotado na Auditoria Jurídica como Analista de Controle Externo (1987 – 2009) e atua, no presente momento, na Universidade Federal de Tocantins, como professor assistente e Coordenador do Curso de Especialização em Direito Administrativo.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Período de Realização

Início: junho de 2011

Término: junho de 2013.

Nº. de meses: 24 meses

2.2 Tipo de Ensino

Presencial

2.3 Carga Horária

375 (Trezentos e setenta e cinco) h/a

2.4 Nível

Especialização (Resolução CNE/MECN.º 1, de 08 de junho de 2007)

Aperfeiçoamento

2.5 Modalidade do Curso

Modular

Regular

Permanente

Cada disciplina será ministrada em módulo organizado na sexta-feira, à noite; no sábado, manhã e tarde, estendendo-se ao domingo (dependendo do número de horas/aula do módulo e disponibilidade do professor).

2.6 Periodicidade da Oferta: Anual

2.7 Número de Vagas

50 vagas (10 externas, sendo 1 destas reservadas a bolsistas e 40 vagas reservadas ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins por força de Termo de Cooperação).

2.8 Clientela

O curso de pós-graduação (*lato sensu*) propõe a aperfeiçoar, principalmente, graduados em Direito e, especialmente, os servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, visando, também, graduados de outras áreas que necessitem de conhecimentos proporcionados pelo curso, objetivando a titulação acadêmica em nível de especialização (*lato sensu*).

3 OBJETIVOS DO CURSO

- Preparação e atualização dos profissionais que atuam na área do direito eleitoral, sejam: técnicos, magistrados, advogados e promotores;

- Fomentar a pesquisa e a produção científica sobre as questões interdisciplinares, envolvendo as áreas do Direito Eleitoral, Constitucional, Penal e Processual;
- Preparar o profissional para solucionar casos práticos, complexos e atuais;
- Preparar candidatos para concursos públicos que exijam especialização em Direito Eleitoral, como os de Procuradores, Defensores, Promotores e outras áreas públicas.
- Capacitar o especialista à docência no ensino superior.

4 CONVÊNIO E/OU COOPERAÇÃO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO CURSO?

Sim, parcialmente Não

Identificação do Termo de Cooperação: TRE-TO e UFT

Órgão proponente: TRE – Tribunal Regional Eleitoral

5 NECESSIDADES/JUSTIFICATIVA SOCIAL E INSTITUCIONAL PARA INSTALAÇÃO DO CURSO, IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS ACADÊMICO-CIENTÍFICAS.

O curso tem como justificativa, a instrumentalização de profissionais que atuam na área pública no estado do Tocantins, seja federal, estadual ou municipal, não se esquecendo de docentes e profissionais recém formados pelas diversas instituições que circundam a região, bem como demais profissionais integrantes da clientela do curso.

É bom frisar o ineditismo do presente curso, uma vez que será a primeira turma de especialização *lato sensu* desta instituição em parceria com o Poder Judiciário Especializado do Estado do Tocantins.

6 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

6.1 Corpo Docente/Titulação/Módulos/Créditos/Carga Horária

PROFESSORES	TITULAÇÃO	MÓDULO A SER MINISTRADO	CRÉDITOS	CH
Ubirajara Coelho Neto	Doutor UFS	Teoria Geral do Direito Eleitoral, Direito Eleitoral Constitucional	2	30
Gustavo Paschoal	Mestre UFT	Direito Eleitoral	2	30
Ubirajara Coelho Neto	Doutor UFS	Partidos Políticos e Sistema Partidário	2	30
Ari Ferreira de Queiroz	Doutor PUC-GO	Registro de candidatos, Condições de elegibilidade, Hipóteses de inelegibilidade	2	30
Gustavo Paschoal	Mestre UFT	Propaganda Eleitoral, Propaganda partidária	1	15
Celene Fidelis Frias Ferreira	Mestre UFT	Pesquisas de opinião pública Marketing político	1	15
Vânia Aieta	Doutora UERJ	Financiamento da campanha, Prestação de contas	2	30
Artur Gueiros	Doutor UERJ	Sistema Penal Eleitoral, Direito Penal Eleitoral e Crimes Eleitorais	3	45
Alexandre Francisco de Azevedo	Especialista PUC-GO	Processo Penal Eleitoral, Processo Disciplinar Eleitoral	2	30
Ari Ferreira de Queiroz	Doutor PUC-GO	Direito Processual Eleitoral e Sistema Recursal	3	45
José Wilson Rodrigues de Melo	Doutor UFT	Metodologia da Pesquisa e Preparação para a Monografia	1	15
Patrícia Medina	Mestre UFT	Docência Universitária	4	60
		Total	25	375

Avaliação dos artigos

- **Professores:**
- Ubirajara Coelho Neto
- Ari Ferreira de Queiroz
- Gustavo Paschoal
- Vânia Aieta
- Artur Gueiros
- Celene Fidelis Frias Ferreira
- Patrícia Medina

RESUMO:

- N° Total de Professores: 9
- N° Professores Doutores: 5
- N° Professores Mestres:3
- N° Professores Especialistas:1

6.2 Processo Seletivo:

a) Inscrição para seleção

Período: 1/06/2011 a 13/06/2011

Local: Campus de Palmas

Horário: das 14:00 às 18:00

Requisitos: Formulário de Inscrição:

- (cópia autenticada) Diploma do curso superior e do histórico escolar do curso de Bacharelado regularmente aprovado pelo Ministério da Educação;
- Curriculum Vitae documentado;
- 2 foto 3x4;
- (cópia autenticada) Carteira de Identidade;
- (cópia) Certidão Civil (nascimento ou casamento);
- (cópia) Certificado Reservista (sexo masculino);
- (cópia) Título de Eleitor + comprovante de votação

Valor : R\$ Isento

b) Seleção

Período: 15.06.11

Local: Campus de Palmas

Horário: das 19:00 às 22:00 (se necessária a prova)

Forma adotada:

Entrevista

Curriculum Vitae

Indicação do Empregador

prova objetiva e/ou subjetiva sobre lei das eleições, caso venha a inscrever-se mais de 10 candidatos externos.

Os candidatos não selecionados deverão providenciar a retirada de seus documentos na Secretaria do curso, até 30 (trinta) dias contados a partir de 19.6.2011 e, findo este prazo, os documentos serão enviados à reciclagem.

c) Matrículas

Período: 16/06/2011 a 27/06/2011

Local: Campus de Palmas

Horário: das 14:00 às 20:00 de segunda à sexta-feira

Valor: R\$ 123,59

d) Mensalidade

Valor: R\$ 123,59

Periodicidade de pagamento: Mensal

Número de mensalidades: 24 (vinte e quatro)

Subsídio: Para 40 alunos servidores do TRE-TO

6.3 Critérios de Avaliação

a) Dos alunos:

Provas

Seminários

Trabalhos Finais de Disciplinas

Artigo

O aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de verificações em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

Conceito	Aproveitamento	Nota final entre	Avaliação
A	Excelente	9,0 a 10	com direito a crédito
B	Bom	7,0 a 8,9	com direito a crédito
C	Regular	5,0 a 6,9	sem direito a crédito
D	Deficiente	3,0 a 4,9	sem direito a crédito
I	Insuficiente	0,0 a 2,9	sem direito a crédito

Os critérios para aprovação dos alunos serão os adiante elencados:

I. Haver cursado no mínimo 375 horas;

II. Obter frequência mínima de 75% em cada disciplina;

a) A coordenação do Curso disponibilizará aos professores, previamente, uma lista contendo a relação dos alunos matriculados. Cada professor será o responsável para controlar a relação dos alunos presentes em cada uma das aulas da sua disciplina. Esta lista de presença deverá ser entregue à coordenação do curso em até 5 dias após o encerramento das aulas.

III. Obter média igual ou superior a “B”, em cada disciplina;

IV. Obter aprovação do TCC com conceito não inferior a “B”;

V. A confecção e entrega de certificados dar-se-á da maneira seguinte:

a) Deverão ser registrados no setor de Registro de Diplomas da UFT mencionando a área de conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual deverá constar, obrigatoriamente: a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno, nome e qualificação dos professores por elas responsáveis; o período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; o título do trabalho de conclusão do curso e o conceito obtido.

b) Das disciplinas e do Curso

(X) Ficha de Avaliação (*Formulário*)

() Outros

6.4 Cronograma de Funcionamento

PROFESSORES / IES vinculado	TÍTULO: Dr., MSc., Esp.	MÓDULO A SER MINISTRADO	Datas das aulas 2011	CH
Ubirajara Coelho Neto	Doutor	Teoria Geral do Direito Eleitoral, Direito Eleitoral	Jul/ago	30

	UFS	Constitucional		
Gustavo Paschoal	Mestre UFT	Direito Eleitoral	Set/out	30
Ubirajara Coelho Neto	Doutor UFS	Partidos Políticos e Sistema Partidário	Nov/dez	30
Ari Ferreira de Queiroz	Doutor PUC-GO	Registro de candidatos, Condições de elegibilidade, Hipóteses de inelegibilidade	Jan/fev 2012	30
Gustavo Paschoal	Mestre	Propaganda Eleitoral, Propaganda partidária		30
Celene Fidelis Frias Ferreira	Mestre UFT	Pesquisas de opinião pública Marketing político		30
Vânia Aieta	Doutora UERJ	Financiamento da campanha, Prestação de contas		45
Artur Gueiros	Doutor UERJ	Sistema Penal Eleitoral, Direito Penal Eleitoral e Crimes Eleitorais		30
Alexandre Francisco de Azevedo	Especialista PUC-GO	Processo Penal Eleitoral Processo Disciplinar Eleitoral		45
Ari Ferreira de Queiroz	Doutor PUC-GO	Direito Processual Eleitoral e Sistema Recursal		30
José Wilson Rodrigues de Melo	Doutor UFT	Metodologia da Pesquisa e Preparação para a Monografia		15
Patrícia Medina	Mestre e Doutoranda UFT	Docência Universitária		60
		Total		405

OBS: O curso contará com a participação dos professores acima, cabendo ressaltar a possibilidade de alteração e/ou ampliação do quadro, respeitadas sempre a qualificação acadêmica e a excelência didático-metodológica do curso.

6.5 Ementas, Objetivos, Metodologias e Bibliografias das Disciplinas.

6.5.1 – Disciplina: Teoria Geral do Direito Eleitoral, Direito Eleitoral Constitucional

Professor(s): Ubirajara Coelho Neto

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Origem e evolução do Direito Eleitoral. Sistema Consuetudinário e sistema legislativo: diferença e similitudes. Aspectos históricos, filosófico e atual do Direito Eleitoral. O poder normativo dos Tribunais Eleitorais e seus reflexos. A teoria fundamental do Direito Eleitoral e suas particularidades em face da teoria geral do Direito. **Alistamento Eleitoral e Voto (obrigatório e facultativo). Vedações às Capacidades Eleitorais Ativa e Passiva. Resoluções do TSE.**

OBJETIVO

- Iniciar os estudos dos institutos do Direito Eleitoral, com foco na evolução, sistema consuetudinário, legislativo.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

CÂNDIDO, Joel J. *Inelegibilidades no Direito Brasileiro*. São Paulo: EDIPRO, 1999.

CONEGLIAN, Olivar. *Propaganda Eleitoral: De acordo com o Código Eleitoral e com a Lei 9.100/95*. Curitiba: Juruá, 1996.

COSTA, Adriano Soares da. *Instituições de Direito Eleitoral: Teoria da inelegibilidade – direito processual eleitoral*. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

COSTA, Tito. *Recursos em Matéria Eleitoral*. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. *Lei Eleitoral*. São Paulo: Saraiva, 2000.

GOMES, Suzana de Camargo. *Crimes Eleitorais*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2000.

JARDIM, Torquato. *Introdução ao Direito Eleitoral Positivo*. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.

MASCARENHAS, Paulo. *Lei Eleitoral Comentada*. 4ª ed., Editora de Direito, 2000.

NISS, Pedro Henrique Távora. *Ação de Impugnação de Mandato Eletivo*. São Paulo: EDIPRO, 1996.

NISS, Pedro Henrique Távora. *Direitos Políticos: Condições de elegibilidade e inelegibilidades*. São Paulo: Saraiva, 1994.

PACHECO, Marília. *Compêndio de legislação eleitoral*. 6ª ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

PINTO, Djalma. *Direito Eleitoral: Anotações e temas polêmicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.

QUEIROZ, Ari Ferreira. *Direito Eleitoral*. 7. Ed., Goiânia: IEPC, 2004.

RIBEIRO, Fávila. *Abuso de Poder no Direito Eleitoral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ROLLO, Alberto e BRAGA, Enir. *Inelegibilidade à luz da jurisprudência*. São Paulo: RCR Editora, 1995.

6.5.2- Disciplina: Direito Eleitoral

Professor(s): Gustavo Paschoal

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Eleições brasileiras: conceitos e regras. Diferença de domicílio eleitoral e transferência de domicílio eleitoral, atos preparatórios, votação, apuração e diplomação. Garantias eleitorais. Deveres dos candidatos. Organização da Justiça Eleitoral.

OBJETIVO

Compreender o direito eleitoral infra-constitucional, suas normas quanto ao sufrágio, voto e o escrutínio e organização da justiça eleitoral.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

CÂNDIDO, Joel J. *Inelegibilidades no Direito Brasileiro*. São Paulo: EDIPRO, 1999.

CONEGLIAN, Olivar. *Propaganda Eleitoral: De acordo com o Código Eleitoral e com a Lei 9.100/95*. Curitiba: Juruá, 1996.

COSTA, Adriano Soares da. *Instituições de Direito Eleitoral: Teoria da inelegibilidade – direito processual eleitoral*. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

- COSTA, Tito. *Recursos em Matéria Eleitoral*. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. *Lei Eleitoral*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- GOMES, Suzana de Camargo. *Crimes Eleitorais*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2000.
- JARDIM, Torquato. *Introdução ao Direito Eleitoral Positivo*. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.
- MASCARENHAS, Paulo. *Lei Eleitoral Comentada*. 4ª ed., Editora de Direito, 2000.
- NISS, Pedro Henrique Távora. *Ação de Impugnação de Mandato Eletivo*. São Paulo: EDIPRO, 1996.
- NISS, Pedro Henrique Távora. *Direitos Políticos: Condições de elegibilidade e inelegibilidades*. São Paulo: Saraiva, 1994.
- PACHECO, Marília. *Compêndio de legislação eleitoral*. 6ª ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2000.
- PINTO, Djalma. *Direito Eleitoral: Anotações e temas polêmicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- QUEIROZ, Ari Ferreira. *Direito Eleitoral*. 7. Ed., Goiânia: IEPC, 2004.
- RIBEIRO, Fávila. *Abuso de Poder no Direito Eleitoral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- ROLLO, Alberto e BRAGA, Enir. *Inelegibilidade à luz da jurisprudência*. São Paulo: RCR Editora, 1995.

6.5.3- Disciplina: Partidos Políticos e Sistema Partidário

Professor(s): Ubirajara Coelho Neto

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Natureza, histórico, tipologia e função no regime democrático; partidos Políticos na CF/88. A Lei nº 9.096/95 e o Direito Partidário. Partidos Políticos: objetivos; criação; autonomia partidária; procedimento para aquisição da personalidade jurídica; procedimento para anotação e registro perante o TSE; apoio mínimo; estatuto; filiação partidária

OBJETIVO

- Demonstrar a importância dos partidos políticos para a formação de um Estado Democrático de Direito, buscando, não só na doutrina, como também nas decisões dos Tribunais Superiores, informações correspondentes às questões relacionadas aos partidos políticos e sistema partidário.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

CÂNDIDO, Joel J. *Inelegibilidades no Direito Brasileiro*. São Paulo: EDIPRO, 1999.

CONEGLIAN, Olivar. *Propaganda Eleitoral: De acordo com o Código Eleitoral e com a Lei 9.100/95*. Curitiba: Juruá, 1996.

COSTA, Adriano Soares da. *Instituições de Direito Eleitoral: Teoria da inelegibilidade – direito processual eleitoral*. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

COSTA, Tito. *Recursos em Matéria Eleitoral*. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. *Lei Eleitoral*. São Paulo: Saraiva, 2000.

GOMES, Suzana de Camargo. *Crimes Eleitorais*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2000.

JARDIM, Torquato. *Introdução ao Direito Eleitoral Positivo*. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.

MASCARENHAS, Paulo. *Lei Eleitoral Comentada*. 4ª ed., Editora de Direito, 2000.

NIESS, Pedro Henrique Távora. *Ação de Impugnação de Mandato Eletivo*. São Paulo: EDIPRO, 1996.

NIESS, Pedro Henrique Távora. *Direitos Políticos: Condições de elegibilidade e inelegibilidades*. São Paulo: Saraiva, 1994.

PACHECO, Marília. *Compêndio de legislação eleitoral*. 6ª ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

PINTO, Djalma. *Direito Eleitoral: Anotações e temas polêmicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.

QUEIROZ, Ari Ferreira. *Direito Eleitoral*. 7. Ed., Goiânia: IEPC, 2004.

RIBEIRO, Fávila. *Abuso de Poder no Direito Eleitoral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ROLLO, Alberto e BRAGA, Enir. *Inelegibilidade à luz da jurisprudência*. São Paulo: RCR Editora, 1995.

6.5.4 – Disciplina: Registro de candidatos, Condições de elegibilidade, Hipóteses de inelegibilidade

Professor(s): Ari Ferreira de Queiroz

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Tratar de forma clara e objetiva as condições a que os candidatos de sujeitam ao partido e ao eleitorado para o registro de suas candidaturas, demonstrando as condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade.

OBJETIVO

- Iniciar os estudos dos institutos do Direito Administrativo, com foco na organização da Administração Pública, seus limites, controle e formas de atuação.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

CÂNDIDO, Joel J. *Inelegibilidades no Direito Brasileiro*. São Paulo: EDIPRO, 1999.

CONEGLIAN, Olivar. *Propaganda Eleitoral: De acordo com o Código Eleitoral e com a Lei 9.100/95*. Curitiba: Juruá, 1996.

COSTA, Adriano Soares da. *Instituições de Direito Eleitoral: Teoria da inelegibilidade – direito processual eleitoral*. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

COSTA, Tito. *Recursos em Matéria Eleitoral*. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. *Lei Eleitoral*. São Paulo: Saraiva, 2000.

GOMES, Suzana de Camargo. *Crimes Eleitorais*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2000.

JARDIM, Torquato. *Introdução ao Direito Eleitoral Positivo*. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.

MASCARENHAS, Paulo. *Lei Eleitoral Comentada*. 4ª ed., Editora de Direito, 2000.

NISS, Pedro Henrique Távora. *Ação de Impugnação de Mandato Eletivo*. São Paulo: EDIPRO, 1996.

NISS, Pedro Henrique Távora. *Direitos Políticos: Condições de elegibilidade e inelegibilidades*. São Paulo: Saraiva, 1994.

PACHECO, Marília. *Compêndio de legislação eleitoral*. 6ª ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

PINTO, Djalma. *Direito Eleitoral: Anotações e temas polêmicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.

QUEIROZ, Ari Ferreira. *Direito Eleitoral*. 7. Ed., Goiânia: IEPC, 2004.

RIBEIRO, Fávila. *Abuso de Poder no Direito Eleitoral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ROLLO, Alberto e BRAGA, Enir. *Inelegibilidade à luz da jurisprudência*. São Paulo: RCR Editora, 1995.

6.5.7-Disciplina:Financiamento da campanha, Prestação de contas

Prof.: Vânia Aieta

Carga horária: 30 h/a

EMENTA

O sistema de financiamento de gastos eleitorais, momento de definição dos gastos: convenção; o pedido de registro e informação dos valores máximos de gastos por candidatura em cada eleição; constituição dos comitês financeiros; doações aos candidatos. Fundo partidário e financiamento. Prestação de contas, forma, prazo, rejeição.

OBJETIVO

- Demonstrar as várias nuances do financiamento e a maneira de se prestar as contas da campanha eleitoral.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

CÂNDIDO, Joel J. *Inelegibilidades no Direito Brasileiro*. São Paulo: EDIPRO, 1999.

CONEGLIAN, Olivar. *Propaganda Eleitoral: De acordo com o Código Eleitoral e com a Lei 9.100/95*. Curitiba: Juruá, 1996.

COSTA, Adriano Soares da. *Instituições de Direito Eleitoral: Teoria da inelegibilidade – direito processual eleitoral*. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

COSTA, Tito. *Recursos em Matéria Eleitoral*. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. *Lei Eleitoral*. São Paulo: Saraiva, 2000.

GOMES, Suzana de Camargo. *Crimes Eleitorais*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2000.

JARDIM, Torquato. *Introdução ao Direito Eleitoral Positivo*. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.

MASCARENHAS, Paulo. *Lei Eleitoral Comentada*. 4ª ed., Editora de Direito, 2000.

NIESS, Pedro Henrique Távora. *Ação de Impugnação de Mandato Eletivo*. São Paulo: EDIPRO, 1996.

NIESS, Pedro Henrique Távora. *Direitos Políticos: Condições de elegibilidade e inelegibilidades*. São Paulo: Saraiva, 1994.

PACHECO, Marília. *Compêndio de legislação eleitoral*. 6ª ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

PINTO, Djalma. *Direito Eleitoral: Anotações e temas polêmicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.

QUEIROZ, Ari Ferreira. *Direito Eleitoral*. 7. Ed., Goiânia: IEPC, 2004.

RIBEIRO, Fávila. *Abuso de Poder no Direito Eleitoral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ROLLO, Alberto e BRAGA, Enir. *Inelegibilidade à luz da jurisprudência*. São Paulo: RCR Editora, 1995.

6.5.9 – Disciplina: Processo Penal Eleitoral e Processo Disciplinar Eleitoral

Prof. Alexandre Francisco de Azevedo

Carga horária: 30 h/a

EMENTA

Inquérito eleitoral, competência, procedimento: denúncia, citação, defesa. Recursos, Suspensão condicional e transação penal.

OBJETIVO

- Remeter o especializando aos meios de se instruir uma ação penal por meio do inquérito, também demonstrar a vantagem da transação penal.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;
- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

CÂNDIDO, Joel J. *Inelegibilidades no Direito Brasileiro*. São Paulo: EDIPRO, 1999.

CONGLIAN, Olivar. *Propaganda Eleitoral: De acordo com o Código Eleitoral e com a Lei 9.100/95*. Curitiba: Juruá, 1996.

- COSTA, Adriano Soares da. *Instituições de Direito Eleitoral: Teoria da inelegibilidade – direito processual eleitoral*. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- COSTA, Tito. *Recursos em Matéria Eleitoral*. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. *Lei Eleitoral*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- GOMES, Suzana de Camargo. *Crimes Eleitorais*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2000.
- JARDIM, Torquato. *Introdução ao Direito Eleitoral Positivo*. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.
- MASCARENHAS, Paulo. *Lei Eleitoral Comentada*. 4ª ed., Editora de Direito, 2000.
- NIESS, Pedro Henrique Távora. *Ação de Impugnação de Mandato Eletivo*. São Paulo: EDIPRO, 1996.
- NIESS, Pedro Henrique Távora. *Direitos Políticos: Condições de elegibilidade e inelegibilidades*. São Paulo: Saraiva, 1994.
- PACHECO, Marília. *Compêndio de legislação eleitoral*. 6ª ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2000.
- PINTO, Djalma. *Direito Eleitoral: Anotações e temas polêmicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- QUEIROZ, Ari Ferreira. *Direito Eleitoral*. 7. Ed., Goiânia: IEPC, 2004.
- RIBEIRO, Fávila. *Abuso de Poder no Direito Eleitoral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- ROLLO, Alberto e BRAGA, Enir. *Inelegibilidade à luz da jurisprudência*. São Paulo: RCR Editora, 1995.

6.5.10 – Disciplina: Direito Processual Eleitoral e Sistema Recursal

Prof. Ari Ferreira de Queiroz

Carga horária: 45 h/a

EMENTA

Ações Judiciais Eleitorais em espécie. Procedimentos. Processo eleitoral. Recursos em matéria eleitoral. Ação rescisória. Reclamações e representações eleitorais.

OBJETIVO

- Mostrar de maneira clara os instrumentos para a devida aplicação do direito material eleitoral, seja para as ações, seja para os recursos e correlatos.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

- Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

- Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;
- Apresentação de seminários em sala de aula;
- Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

CÂNDIDO, Joel J. *Inelegibilidades no Direito Brasileiro*. São Paulo: EDIPRO, 1999.

CONEGLIAN, Olivar. *Propaganda Eleitoral: De acordo com o Código Eleitoral e com a Lei 9.100/95*. Curitiba: Juruá, 1996.

COSTA, Adriano Soares da. *Instituições de Direito Eleitoral: Teoria da inelegibilidade – direito processual eleitoral*. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

COSTA, Tito. *Recursos em Matéria Eleitoral*. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. *Lei Eleitoral*. São Paulo: Saraiva, 2000.

GOMES, Suzana de Camargo. *Crimes Eleitorais*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2000.

JARDIM, Torquato. *Introdução ao Direito Eleitoral Positivo*. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.

MASCARENHAS, Paulo. *Lei Eleitoral Comentada*. 4ª ed., Editora de Direito, 2000.

NIESS, Pedro Henrique Távora. *Ação de Impugnação de Mandato Eletivo*. São Paulo: EDIPRO, 1996.

NIESS, Pedro Henrique Távora. *Direitos Políticos: Condições de elegibilidade e inelegibilidades*. São Paulo: Saraiva, 1994.

PACHECO, Marília. *Compêndio de legislação eleitoral*. 6ª ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

PINTO, Djalma. *Direito Eleitoral: Anotações e temas polêmicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.

QUEIROZ, Ari Ferreira. *Direito Eleitoral*. 7. Ed., Goiânia: IEPC, 2004.

RIBEIRO, Fávila. *Abuso de Poder no Direito Eleitoral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ROLLO, Alberto e BRAGA, Enir. *Inelegibilidade à luz da jurisprudência*. São Paulo: RCR Editora, 1995.

6.5.11 Disciplina: Metodologia da Pesquisa e preparação para a monografia

Professor(s): José Wilson Rodrigues de Melo

Carga horária: 15 horas-aula

EMENTA

Desenvolver no aluno uma visão crítica e criativa inerente à pesquisa científica, de forma a despertar o espírito investigativo. Criar condições para a compreensão do método científico e formas de elaborar trabalhos acadêmicos condizentes com as normas da ABNT. Implementar no aluno a capacidade para elaboração de projetos de pesquisa buscando dar suporte para a elaboração de trabalhos monográficos.

OBJETIVO

- Fornecer ao aluno o instrumental científico e metodológico básico para o desenvolvimento de seus estudos, procurando Metodologia Científica uma ferramenta capaz de servir ao estudo de diferentes níveis do conhecimento, permitindo um maior subsídio as tarefas pressupostas de um trabalho científico.

METODOLOGIA:

A disciplina será ministrada por meio de aulas expositivas, debates e estudos de casos práticos.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, MARIA CECÍLIA MARINGONI(org) **Construindo o Saber: metodologia científica: Fundamentos e técnicas**. 4.ed., Campinas-SP: Papyrus, 1994, 175p.

CERVO, A. L. BERVIAM, P.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 1996. 209p.

RUIZ, J.^a **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996.

FERNANDES, A.M **Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro :Relume - Dumará, 1994.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo. McGrawhill do Brasil, 1977.

LAKATOS, E.M. Marconi, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica** São Paulo, Edit. Atlas, 1993.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias** São Paulo, Editora Atlas, 1991.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: Guia para eficiência nos estudos**. São Paulo, Editora Atlas, 1993.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Cortez.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo, Editora Atlas, 1986.

6.5.12 Disciplina: DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Professor(s): Patrícia Medina

Carga horária: 60 horas-aula

EMENTA

A relação educação/sociedade/instituição de ensino e a prática pedagógica docente. Princípios básicos de organização didática no ensino superior. Breve história do ensino superior no Brasil. Dimensões constitutivas do ensino. Instrumentos básicos para a metodologia do ensino superior: planejamento e elementos basilares (objetivo, conteúdos, metodologia e avaliação). Disciplinariedade e interdisciplinaridade. Novas tendências do ensinar a investigar e o investigar ensinando no ensino superior.

OBJETIVOS

- Proporcionar condições fundamentais aos profissionais de teoria e prática do ensino superior a partir da importância do planejamento da ação docente e do desenvolvimento de atitudes de habilidade crítico-investigativas na docência.

METODOLOGIA

As dimensões intencionais da avaliação circunscrevem-se ao redor do eixo da processualidade contínua, isto é, a partir do conjunto de conteúdos trabalhados e intencionais. Para fins quantitativos regimentais, aplicar-se-á atividades de verificação de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos & ALVES, Leonir Pessate (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLE, 2003.

BRASIL, **Constituição 1988**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. **Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação.

BRASIL. **Lei 9.394 de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CASTANHO, Sérgio. & CASTANHO, Maria Eugênia. (Orgs.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: São Paulo: Papyrus, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 10 ed., SP: Paz e Terra, 1999.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. **Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?** 4 ed., SP: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8 ed., SP: Ática, 2002.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 2 ed., SP: Ática, 1995.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. 4 ed., SP: Martins Fontes, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 12 ed., SP: Cortez, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**:

políticas, estrutura e organização. SP: Cortez, 2003.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Didática: a aula como centro**. 3 ed., SP: FTD, 1996.

MOREIRA, Daniel Augusto Moreira (Org.). **Didática do ensino superior: técnicas e tendências**. SP: Pioneira, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. & ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 2 ed., SP: Cortez, 2001.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 4 ed., SP: Cortez, 1995.

SACRISTAN, J. **Compreender e transformar o ensino**. RS: Artes Médicas, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. RJ: Vozes, 2002.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

Atividades complementares

EMENTA

O projeto prevê várias atividades complementares e interdisciplinares, como palestras: sobre cassação de mandato dos agentes políticos, improbidade administrativa, bem como possível visita ao Tribunal Superior Eleitoral.

6.6 Metodologia de Ensino (Descrição e Justificativa)

Os participantes do curso terão acesso e facilidades em utilizar os recursos disponíveis na biblioteca da UFT.

Os equipamentos de apoio pedagógico, tais como projetor multimídia, vídeo e TV estão disponíveis no campus de Palmas para o corpo docente.

As aulas serão ministradas, conforme cronograma do curso devidamente aprovado, as quais constarão de aulas expositivas, debates, seminários, trabalhos em grupo, podendo o professor desempenhar concomitantemente o desenvolvimento da disciplina e avaliação dos alunos.

Este curso de Pós-Graduação, em nível de especialização em Direito Eleitoral e processual Eleitoral, obedece as normas estabelecidas pela Resolução 01, de 8 de junho de 2007.

Nenhuma disciplina do curso de graduação poderá ser usada para crédito de especialização.

A dispensa de disciplinas já cursadas pelo aluno em outros cursos de pós-graduação poderá ser concedida mediante:

- a) apresentação de requerimento e comprovante de recolhimento de taxa;
- b) corresponder a carga horária e ao conceito de avaliação;
- c) tenha cursado no período de até dois anos da data de início do curso;
- d) Análise e aprovação da Coordenação do Curso.

Os critérios para aprovação nas disciplinas serão testes, provas e outras formas de avaliação, sendo o rendimento do aluno avaliado na forma do disposto na Resolução C /MEC n. 01/2007

6.7 Dados Relativos ao Corpo Docente

a) Informações gerais:

- N° total de docentes que ministrarão o curso: 9
- N° docentes pertencentes ao quadro da UFT: 4

Titulação:

- N° de especialistas: 1
- N° de mestres: 3
- N° de doutores: 5

b) *Curriculum Vitae* do corpo docente (anexo I)

6.8 Recursos Físicos e Materiais a Serem Utilizados

- Salas Destinadas ao Curso

- 01 sala de aula com capacidade para 50 alunos
- 01 Biblioteca na UFT
- Sala da coordenação do curso
- Secretaria Acadêmica/ Protocolo / Tesouraria

- Multimeios

Data show, retroprojetores e laboratório de informática

6.9 Estrutura Virtual

Para apoiar as diferentes atividades acadêmicas do curso, planejamos ainda a disponibilização por meio de um sítio na internet. Esta estrutura virtual terá a função de ser

um espaço aglutinador do debate, bem como de propiciar a troca de informações e conhecimentos. Também serão disponibilizadas ferramentas administrativas para o acompanhamento, por parte dos alunos, de questões do seu interesse (frequências, notas, horários e local das aulas).

6.10 TCC - Artigo

A entrega do artigo é condição essencial para o recebimento do certificado de conclusão do curso. O prazo de entrega é de 60 dias após o último módulo. Os critérios para elaboração serão disciplinados quando da realização do módulo XV- Metodologia da Pesquisa e Produção Científica e cada participante terá um orientador.

No TCC, o aluno deverá alcançar a média 7,0 (sete) para aprovação. Caso a nota fique entre 5,0 e 6,9, o aluno terá 30 dias para corrigir os erros indicados pelo orientador/examinador. Caso a nota seja menor que 7,0 (Sete), o aluno estará reprovado no TCC e deverá matricular-se novamente na disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica.

Em caso de reprovação em qualquer disciplina, inclusive no TCC, antes de efetuar a matrícula, o aluno deverá efetuar o pagamento da mesma.

6.11 Emissão de Certificados

Os Certificados do curso serão expedidos pela PROPESQ/UFT.

6.12 Indicadores de Desempenho do Curso

Os indicadores fixados para a avaliação global do programa de pós-graduação são os seguintes :

- a) Grau de excelência;
- b) Satisfação dos alunos medida pela ficha de avaliação aplicada ao final de cada módulo, em que se avaliam os objetivos da disciplina, os conteúdos, a metodologia adotada na disciplina, o desempenho do professor, os equipamentos e instalações, entre outros.;
- c) O número de alunos que concluem o curso;
- d) Índice médio de evasão admitido;
- e) Titulação dos Professores e Produção Científica dos alunos;
- f) Média de desempenho dos alunos; e
- g) Número e aproveitamento de egressos no mercado de trabalho relativo ao curso.

7 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2011

A) PROJETO

<i>Identificação do projeto</i>	
<i>Curso</i>	<i>Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral</i>
<i>Natureza</i>	<i>Lato-Sensu</i>
<i>Período de Realização</i>	<i>Junho de 2011 a junho de 2013</i>
<i>Modalidade</i>	<i>Modular</i>
<i>n. vagas</i>	<i>50</i>
<i>n. de vagas TRE</i>	<i>40 (Termo de Cooperação)</i>

B) RECEITA

<i>Receita</i>	<i>Valor</i>
<i>Alunos</i>	
<i>Matrícula: R\$ 123,59 X 50</i>	<i>R\$ 6.179,50</i>
<i>Mensalidade: R\$ 123,59 X 40 X 06 (julho a dezembro) Bolsa TRE</i>	<i>R\$ 29.661,60</i>
<i>Mensalidade: R\$ 123,59 x 10 x 06(julho a dezembro) alunos extras</i>	<i>R\$ 7.415,40</i>
<i>Total</i>	<i>R\$ 43.256,50</i>

C) DESPESAS

C.1) Serviços de apoio

<i>Nome</i>	<i>Função</i>	<i>Meses</i>	<i>Custo mensal</i>	<i>Total</i>
<i>Luciano C.Ferreira</i>	<i>Coordenador</i>	<i>7</i>	<i>R\$ 810,00</i>	<i>R\$ 5.670,00</i>
	<i>Secretária</i>	<i>7</i>	<i>R\$ 270,00</i>	<i>R\$ 1.890,00</i>
			<i>Subtotal =</i>	<i>R\$ 7.560,00</i>

C.2) Encargos incidentes sobre serviços de apoio

<i>Incidência</i>	<i>Contribuição INSS 20% sobre</i>	<i>Meses</i>	<i>Custo mensal</i>	<i>Total</i>
<i>Coordenador Luciano C. Ferreira</i>	<i>R\$ 810,00</i>	<i>07</i>	<i>R\$ 162,00</i>	<i>R\$ 1.134,00</i>
<i>Secretária</i>	<i>R\$ 270,00</i>	<i>07</i>	<i>R\$ 54,00</i>	<i>R\$ 378,00</i>
			<i>Subtotal</i>	<i>R\$ 1.512,00</i>

C.3) Honorários dos professores e encargos incidentes sobre hora/aula dos mesmos

Incidência	Honorários	INSS 20%
Módulo I	R\$ 3.000,00	R\$ 600,00
Módulo II	R\$ 2.700,00	R\$ 540,00
Módulo III	R\$ 3.000,00	R\$ 600,00
	R\$ 8.700,00	R\$ 1.740,00

Subtotal = R\$ 10.440,00

C.4) Despesas com materiais e terceiros

Tipo de despesa	Quantidade	Valor Individual	Valor total
Alimentação (2 dias) – 1 professor por módulo	6 (seis)	R\$ 180,00	R\$ 1.080,00
Hospedagem(2 dias) – 1 professor por módulo	6 (seis)	R\$ 260,00	R\$ 1.560,00
Hospedagem(2 dias) – 1 professor a cada 3 (três) meses - palestrante	2 (dois)	R\$ 260,00	R\$ 520,00
Coffe Break (aula inaugural e final) 60 pessoas	1 (um)	R\$ 12,00	R\$ 720,00
Passagem aérea (ida e volta) professores	6(seis)	R\$ 1.600,00	R\$ 9.600,00
Honorários palestrante- 1 juriconsulto a cada 6 (seis) meses	1 (um)	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
		Subtotal	R\$ 16.480,00
Fapto		10%	R\$ 1.648,00
Possível inadimplência	3 alunos(1/3)	R\$ 370,77	R\$ 2.224,62
Reserva imprevistos			R\$ 3.391,88

Subtotal R\$ 23.744,48

Total R\$ 43.256,50

8 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE TODO O CURSO

Custo total para os dois anos de duração será de **R\$ 154.490,08** (Cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e oito centavos)

8.1 Compensação da exclusão da receita de matrícula

As receitas, de cada um dos três semestres posteriores, deverão sofrer um decréscimo e R\$ 6.179,50 (Seis mil, cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos) referente à

matrícula, a qual será compensada pela exclusão do coffee break da aula inaugural, economia com passagens aéreas dos professores da Universidade Federal do Tocantins e numerário referente reserva de imprevistos.

Palmas, 19 de outubro 2011.